

**A RELEVÂNCIA DO
LUGAR NA
INTERPRETAÇÃO
GEOGRÁFICA EM
TEMPOS DE
GLOBALIZAÇÃO**

**THE IMPORTANCE OF
PLACE IN
GEOGRAPHICAL
APPROACH IN TIMES OF
GLOBALIZATION**

**LA RELEVANCIA DEL
LUGAR EN LA
INTERPRETACIÓN
GEOGRÁFICA EN
TIEMPOS DE
GLOBALIZACIÓN**

**LUCIANO ZANETTI
PESSÔA CANDIOTTO**

**UNIOESTE -
FRANCISCO BELTRÃO -
PR
lcandiotto@unioeste.br**

Membro do Grupo de Estudos
Territoriais (GETERR/
UNIOESTE).

Resumo: Considerando a pertinência da proposta teórico-metodológica de Milton Santos (1996), bem como as reflexões de outros geógrafos e cientistas sociais em torno dos conceitos de *globalização* e de *lugar*, o presente artigo tem por objetivo discorrer sobre os fundamentos e as implicações socioespaciais da globalização, e sobre o lugar como um conceito fundamental para a interpretação geográfica no contexto da globalização. Nesse sentido, abordamos a importância da relação dialética entre espaço e tempo para a teoria social crítica e a contribuição de Milton Santos para essa teoria; os pressupostos da globalização, considerando o mercado global e o neoliberalismo; e a relevância do lugar como categoria de análise geográfica, com destaque para os conceitos de *evento*, *verticalidades* e *horizontalidades*.

Palavras-chave: globalização; lugar; Milton Santos; Geografia; espaço.

Abstract: Considering the pertinence of Milton Santos' theory and methodological proposal (1996), as well as another geographers' and social scientists reflections around the concepts of *globalization* and *place*, the present article discuss the concept of globalization and its social and spatial implications; and the place as an important concept of geographical analysis in the context of globalization. In that sense, we focused on the importance of dialectical relationship between space and time for the critical social theory and Milton Santos contribution for that theory; the presuppositions of globalization, considering the global market and the neoliberalism; and the relevance from place as a category of Geography's analysis, with prominence for the *event*, *verticalities* and *horizontalities* concepts.

Keywords: globalization; place; Milton Santos; Geography; space.

Resumen: Tomando por base la pertinencia de la propuesta de Milton Santos (1996), así como las reflexiones de otros geógrafos y cientistas sociales acerca del conceptos de *globalización* y de *lugar*, el presente artículo objetiva discurrir los fundamentos y las implicaciones socioespaciales de la globalización y sobre el lugar como concepto de análisis geográfica en el contexto de la globalización.

Para eso, abordamos la importancia de la relación dialéctica entre espacio y tiempo para la teoría social crítica y la contribución de Milton Santos para esa teoría; los presupuestos de la globalización, con énfasis en el mercado global y el neoliberalismo; y la importancia del lugar como categoría de análisis para el geógrafo, con realce para los conceptos de *evento*, *verticalidades* y *horizontalidades*.

Palabras clave: globalización; lugar; Milton Santos; Geografía; espacio.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, as reflexões e debates em torno da globalização e de suas implicações socioespaciais, passaram a fazer parte das preocupações da Geografia mundial e brasileira. Conseqüentemente surgiram novas orientações teórico-metodológicas com o intuito de apreender a influência da globalização na dinâmica do espaço geográfico.

Um dos pesquisadores brasileiros a debruçar-se sobre a temática da globalização e de suas conseqüências foi Milton Santos, que, através de sua longa e ampla trajetória como geógrafo, pode conhecer o pensamento de vários cientistas sociais, e vivenciar diversos lugares do mundo.

Ao buscar desenvolver um arcabouço teórico, metodológico e conceitual para apreender o espaço geográfico, e, por conseguinte, contribuir para o avanço da Geografia como ciência, Milton Santos atribui fundamental importância para o lugar como objeto de pesquisa do geógrafo, sem, contudo, ignorar a influência de ações extralocais, sejam elas regionais, nacionais ou globais.

Considerando a pertinência da proposta de Milton Santos, bem como as reflexões de outros geógrafos e cientistas sociais em torno dos conceitos de *globalização* e de *lugar*, o presente artigo tem por objetivo discorrer sobre os fundamentos e as implicações socioespaciais da globalização, e sobre o lugar como conceito de interpretação geográfica no contexto da globalização.

Nesse sentido, abordamos a importância da relação dialética entre espaço e tempo para a teoria social crítica e a contribuição de Milton Santos; os pressupostos da globalização, com destaque para o mercado global e o neoliberalismo; e a relevância do lugar como categoria de análise para o geógrafo, com destaque para os conceitos de evento, verticalidades e horizontalidades.

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO PARA A TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Podemos afirmar que estamos vivenciando um período histórico de intensas transformações espaciais e de muitas dúvidas em relação ao futuro da humanidade e do próprio planeta. Concomitante à hegemonia do capitalismo, e aos avanços científicos e tecnológicos, muitas foram as conquistas que nos permitiram evoluir como a espécie que dominou e continua dominando a natureza. Todavia, esse domínio trouxe graves conseqüências para o funcionamento dos ecossistemas, para a organização da sociedade e para a conservação da biodiversidade, pois aumentou a degradação ambiental, manteve a concentração de riqueza nas mãos de poucos, e ampliou a desigualdade social pelo mundo.

Frente a esse contexto, onde a própria produção científica é comandada por interesses econômicos dos agentes hegemônicos do capital (corporações transnacionais e outras firmas), entendemos que cabe às ciências humanas manter uma análise crítica e comprometida com a realidade, que possa desmascarar estratégias de exploração da força de trabalho e dos recursos naturais, implícitas nos discursos de progresso, desenvolvimento e globalização.

Após um período caracterizado pelo capitalismo industrial, onde a maior parte da mais-valia era obtida através da produção de bens materiais dentro do modelo fordista, passamos nas últimas décadas para uma nova fase do capitalismo, onde predomina o capital financeiro e a acumulação flexível de capital, de modo que a informação, o conhecimento e os serviços se tornam tão ou mais importantes e lucrativos do que a própria produção de bens materiais. Modificam-se algumas características do capitalismo, porém este se mantém fundamentado na especulação.

O capital é um processo de reprodução da vida social, por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. [...] é um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e feticiza, [...] cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. [...] Sua trajetória de desenvolvimento sempre se baseou na especulação – em novos produtos, novas tecnologias, no-

vos espaços e localizações, novos processos de trabalho. (HARVEY, 1989, p. 307).

Nessa nova fase do capitalismo, além do capital financeiro emerge um processo de globalização da economia, pautado no livre mercado, na ideologia neoliberal e no poder concentrado das corporações transnacionais. Por sua vez, essas corporações dominam as tecnologias da informação, que são fundamentais para disseminar modismos e consumismos, bem como para garantir a hegemonia econômica de seus produtos pelo mundo.

Segundo Harvey (1989), vivemos numa fase de compressão do tempo-espaço, decorrente da transição do modelo fordista para a acumulação flexível do capital, caracterizada por novas formas organizacionais e tecnologias produtivas com controle eletrônico. Assim, há uma aceleração no tempo da produção, distribuição e consumo, influenciados pela dinamização da circulação, de sistemas aperfeiçoados de comunicação e do fluxo de informações.

Milton Santos ressalta a informação como elemento primordial de integração do espaço geográfico nos dias atuais.

Antigamente, sobretudo antes da existência humana, o que reunia as diferentes porções de um território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território. (SANTOS, 2002, p. 17).

Para Milton Santos, o processo de globalização é decorrente do meio técnico-científico-informacional, que intensifica a produção/transformação do espaço e abre novas possibilidades de expansão do capitalismo, universalizando-o. Os avanços da ciência, da técnica e da informação permitem a globalização do espaço, porém o autor não acredita na existência de um espaço mundial, advertindo que “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares.” (1994, p. 16). Existem, sim, os espaços hegemônicos, que abrigam atividades de produção e troca de alto nível (mundial), assim como os espaços hegemonizados, sob forte influência dos espaços hegemônicos.

Harvey (1989) utiliza o conceito de pós-modernidade para referir-se à compressão tempo-espaço e à nova lógica do capitalismo globalizado. Para o autor, a partir da década de 1970, vivenciamos um período de passagem do consumo de bens para o de serviços, pois estes não duram muito (são efêmeros). Essa transição é favorável ao capital, pois, com o aumento do consumo, cresce a necessidade de renovar produtos e serviços. Nesse contexto, a produção de mercadorias (materiais e simbólicas) passa a caracterizar-se pela instantaneidade e pela descartabilidade.

O desenvolvimento de novas técnicas foi de suma importância para essa compressão tempo-espaço, pois as tecnologias de informação e comunicação via satélite, e a maior rapidez dos meios de transportes, permitiram “acelerar” o tempo e “reduzir” o espaço.

[...] as inovações (*técnicas*) voltadas para a remoção de barreiras espaciais têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão deveras geográfica – as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato e a televisão, e a recente revolução das telecomunicações são casos em tela. (HARVEY, 1989, p. 212).

Esse novo momento histórico-geográfico que a humanidade enfrenta necessita de reformulações teóricas no campo das ciências humanas e sociais. Assim, diversos teóricos vêm propondo novas bases teóricas, conceituais e epistemológicas para a apreensão dos fenômenos contemporâneos. Conceitos como globalização, meio técnico-científico-informacional, pós-modernidade, espaço, território, redes, firmas, entre outros, passam a ser bastante discutidos, sobretudo entre os geógrafos, que, influenciados por essa “nova ordem mundial”, procuram avançar no debate sobre o papel da Geografia como ciência. Dentre esses conceitos, o de *espaço* se destaca na Geografia, pois se constitui no seu mais amplo objeto de estudo.

Nesse sentido, Soja (1993) assevera que o espaço, como categoria de análise da Geografia, ganha força na construção da teoria social crítica, através de abordagens propostas por pesquisadores como Harvey e Castells, que, a partir da década de 1970, passam a refletir sobre uma análise marxista do espaço. Soja considera que, para se compreender o social, é preciso remeter-se ao espacial, pois ambos têm suas origens no modo de produção, mas tam-

bém são dialeticamente inseparáveis.

Para Soja (1993, p. 103), a noção base da dialética socioespacial vem com Henri Lefebvre, ao afirmar que “o espaço e a organização política do espaço expressam as relações sociais, mas também reagem contra elas. [...] o espaço sempre foi político e estratégico” (*ideológico*), pois mesmo “formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais”, constitui-se em um produto social, que, por sua vez, é influenciado pelo processo político. Acreditando na relevância da dialética tempo-espaço, Soja (1993) propõe que haja uma transição teórica do materialismo histórico para um materialismo histórico e geográfico, que incorpore, no campo das ciências sociais, uma abordagem que busque aproximar o conhecimento histórico com o geográfico.

No Brasil, um dos principais pensadores a enfatizar o espaço como objeto central da Geografia, e a importância da abordagem dialética espaço-tempo para a teoria social crítica, foi Milton Santos.

A CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE MILTON SANTOS PARA A TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Assim como Harvey e Soja, Santos é outro geógrafo que atribui fundamental importância para a relação dialética existente entre espaço e tempo. Na busca por uma epistemologia da Geografia, Milton Santos centrou sua abordagem no espaço geográfico, porém não deixando de vinculá-lo ao tempo. Em “Por uma Geografia Nova”, de 1980, Santos propõe uma abordagem fundamentada na dialética espaço-tempo, que posteriormente vai sendo aperfeiçoada.

O fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que se pode interpretá-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social. (SANTOS, 1980, p. 206).

Inserido entre os renomados geógrafos contemporâneos, Milton Santos é referência bibliográfica obrigatória na Geografia brasileira. Após anos de dedicação à reflexão geográfica, Santos deixa claro, na obra “Natureza do Espaço”, sua intenção de, além de descrever, interpretar o espaço geográfico. “Nosso desejo explícito é a produção de um sistema de idéias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia.” (SANTOS, 1996, p. 18).

Buscando apontar caminhos para uma epistemologia eminentemente geográfica, Santos publica, em 1996, a obra “Natureza do Espaço”, que apresenta uma proposta teórico-metodológica para a apreensão da dinâmica do espaço geográfico na contemporaneidade. O autor, mostrando uma preocupação similar à de Soja, deixa claro que o referido livro deseja ser uma contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica.

Para Santos (1980), o objeto de estudo da Geografia é o espaço, que é um produto histórico da relação sociedade/natureza. Em 1985, no livro “Espaço e Método”, Milton Santos afirma que o espaço deve ser considerado como totalidade, e define as principais categorias de seu método geográfico, sendo a forma, função, estrutura e processo. Ainda nesse livro, o autor indica que o espaço é constituído pelos seguintes elementos: homem, firmas, instituições, meio ecológico e infra-estruturas (*equivalentes aos objetos técnicos*).

Nesse sentido, o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço, e a produção supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, que se dá por meio das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio. Por conseguinte, “cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente.” (SANTOS, 1980, p. 163).

Santos (1985) ressalta que, para analisar o espaço, é preciso fragmentar o todo espacial, e que cada elemento do espaço tem um valor diferente segundo o lugar em que se encontra. O autor (1980) afirma, portanto, que cabe ao geógrafo procurar a partir do lugar, verificar a produção/transformação do espaço geográfico, pois o lugar (particular) carrega consigo influências e determinações gerais/universais do espaço, sendo decorrente de objetos e ações pretéritos e atuais de uma determinada formação socioespacial. “O que passa em um lugar depende da totalidade de lugares que constroem o espaço.” (p. 122). “O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade – a realidade total.” (p. 167).²

Globalização e Lugar

Milton Santos procura relacionar o local e o global de forma conjunta, e considerando também a influência dos subespaços, ou seja, de outras escalas geográficas³. O autor atribui grande importância ao *lugar* como um conceito de interpretação geográfica, entendendo que o local carrega consigo manifestações materiais (objetos) e imateriais (ações) de outras escalas geográficas, que chegam até a escala global. Contudo, apesar de ser construído sob influência de forças exógenas, e de fazer parte da totalidade, cada lugar possui suas particularidades, sejam elas naturais, socioculturais, econômicas, políticas ou históricas. São esses elementos particulares dos lugares que relativizam a entrada de objetos e ações exógenos, provenientes, sobretudo, das intencionalidades dos atores hegemônicos do capitalismo global.

Para Santos, há uma *ordem universal* e uma *ordem local*⁴, de modo que “o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar”. (SANTOS, 1994, p. 20). Tais conceitos pressupõem uma relação dialética entre o global e o local. Existe “uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas, também, o confronta, graças a sua própria ordem.” (SANTOS, 1996, p. 267). Desta forma, “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade”, ao passo que “os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.” (p. 272).

Essa ordem universal seria decorrente de uma racionalidade hegemônica que se universaliza com o processo de globalização contemporânea. O que é, porém, essa globalização? Como ela surge? Quais são os principais responsáveis por sua disseminação? Quais são as implicações socioespaciais desse “novo” período da história da humanidade?

Globalização

Durante a década de 1990, o termo *globalização* foi cristalizado tanto no meio acadêmico brasileiro, como no setor empresarial, nos meios de comunicação, até chegar à sociedade de forma geral. Muito se falou de um novo período da história, caracterizado por uma “sociedade global”, ou que vivemos em uma “aldeia global”. A possibilidade de estabelecer contato – real ou virtual – com qualquer lugar ou grupo social do planeta, de adquirir e consumir produtos das áreas mais distantes, e de tornar-se um “cidadão do mundo” alterou a percepção das firmas e das pessoas, e, conseqüentemente, alterou o modo de agir destas, desencadeando várias conseqüências na produção e no consumo do espaço geográfico.

Ao discorrer sobre a globalização, urge inicialmente associar o processo de globalização contemporânea à esfera da economia e da política, e, conseqüentemente, ao sistema capitalista, pois o principal elemento motivador da globalização é a expansão da territorialização do capital, tanto nos países centrais, mas principalmente em áreas pouco “desenvolvidas”, como os países periféricos já vinculados ao capitalismo, e aqueles países que foram socialistas até a década de 1990, mas que, com o fim da guerra fria, com a queda do muro de Berlim e com a dissolução da União Soviética, passaram a abrir suas economias ao livre mercado.

Segundo Ianni (1996, p. 240), “na medida em que se globaliza, o capitalismo tanto abre novas fronteiras de expansão como recria espaços nos quais já estava presente. [...] A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial.” (p. 11).

Chesnais (1996 apud Candiotto e Saquet, 2000) entende que a globalização não altera – e até intensifica – a desigualdade social do sistema capitalista, pois ela carrega consigo a concentração de capitais. As contradições e as desigualdades, inerentes ao desenvolvimento

² Ianni (1996) é outro pensador que, ao centrar sua preocupação no processo de globalização, reforça a importância dos subespaços como receptores de determinações da escala global. “Na medida em que os processos e estruturas de poder que se desenvolvem em escala global se tornam predominantes, cabe buscar sempre os significados práticos e teóricos das determinações globais, em tudo o que é local, nacional ou regional.” (p. 299).

³ “Entre o lugar e o mundo, as outras escalas são regionais, supra-regionais, nacionais e continentais.” (SANTOS, 1996, p. 287).

⁴ Essa ordem universal é também denominada *razão global*, enquanto a ordem local corresponderia à *razão local*. (SANTOS, 1996).

do capitalismo como modo produtivo, não desaparecem. Poucos se tornam ricos ou enriquecem mais, enquanto muitos empobrecem.

Apesar de o processo de globalização ter seu motor em objetivos macroeconômicos, questões geopolíticas relacionadas à queda do socialismo abriram caminho para a universalização do capital como processo civilizatório (IANNI, 1996). A ampliação do capitalismo no mundo é decorrente da transnacionalização do capital, facilitada pela dissolução do socialismo, dissolução que possibilitou a hegemonia mundial do capitalismo (SCHIFFER, 2002). Conseqüentemente, aumenta o poder dos Estados Unidos como potência econômica do capitalismo global.

No plano geopolítico, a globalização caracteriza-se, portanto, como uma estratégia de dominação do mundo por parte dos países centrais, sobretudo por parte daqueles que compõem a Tríade (EUA, Japão e Europa) formada após a Segunda Guerra Mundial e liderada pelos Estados Unidos. Na visão de Amin (2001), objetiva-se um mundo unipolar calcado na ditadura do capital e no domínio militar norte-americano.

Nos dias atuais, é possível identificar facilmente esta estratégia, já cristalizada no plano econômico por meio da globalização da economia e do mercado global, e em andamento no plano geopolítico, através do ímpeto norte-americano em iniciar guerras questionáveis, como no Afeganistão e no Iraque, e em criar embargos econômicos e ameaçar outros países que não sigam suas determinações geopolíticas, como Irã, Cuba, Coreia do Norte e Venezuela.

Assim como Ianni e Chesnais, Sunkel (2001) também concorda com a idéia de que a globalização corresponde a uma fase notável de aceleração e de ampliação do processo de expansão do capitalismo. Candiotto e Saquet (2000, p. 71) também relacionam a globalização com uma nova etapa do modo de produção capitalista:

A globalização é, a nosso ver, um momento inerente ao processo de expansão do capitalismo; é resultado de um salto, ou de saltos, quantificativos, onde o *velho* não é suprimido, mas superado, a partir da aceleração no movimento de rotação do capital a nível mundial. Movimento em cuja base estão as inovações técnico-científicas subordinadas aos interesses do capital.

Com a globalização, “o desenvolvimento do modo capitalista de produção adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da Divisão Internacional do Trabalho e mundialização dos mercados.” (IANNI, 1996, p. 14). Paradoxalmente, modifica-se a configuração do espaço geográfico, afetando de forma interdependente as técnicas, a economia, a política, a cultura e o meio ambiente. Sunkel (2001) destaca o transporte aéreo, as corporações transnacionais, e a revolução nas comunicações e na informática, como aspectos impulsionadores da globalização contemporânea.

Benko (2002) coloca a globalização dentro de um contexto maior, denominado mundialização, a um ponto em que a globalização corresponderia à terceira etapa do processo de mundialização. Benko é enfático, ao colocar que a mundialização é desordenada, mal regulada e aumenta os riscos de exclusão social em todos os países, de modo que eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Para o autor (2002a), o processo de mundialização cobre três etapas, intimamente vinculadas a fenômenos econômicos e a avanços técnicos: 1) a internacionalização – vinculada ao desenvolvimento dos fluxos de exportação; 2) a transnacionalização – ligada aos fluxos de investimento e à implantação de firmas em diversos países periféricos/estrangeiros; 3) a globalização – ligada à instalação das sedes mundiais de produção e de informação.

Já Ramonet (1999) parece usar o termo mundialização como sinônimo de globalização, porém também reforça a variável econômica no processo. Para ele, a dinâmica dominante é a mundialização da economia, que se baseia na ideologia de que só é possível uma única política econômica; e de que os critérios do mercado e do neoliberalismo (competitividade, produtividade, livre-comércio, rentabilidade) permitem a uma sociedade sobreviver em um planeta que se tornou selva de concorrência. Na visão do autor (1999), a situação contemporânea se caracteriza por uma tríplice revolução: - tecnológica: substituição do cérebro pelo computador, acelerada pelas novas redes de telecomunicações; - econômica: mundialização das economias em decorrência das exigências de livre-comércio / domínio do setor financeiro; - sociológica: crise do conceito tradicional de poder, ancorado no poder político. A democracia perde credibilidade porque os cidadãos não podem intervir na economia.

Essa tríplice revolução é acompanhada por mudança de paradigmas, onde o progresso e a máquina são substituídos pelos paradigmas da comunicação e do mercado. Para Santos (1996, p. 163), “agora, tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização.”

Percebe-se que, enquanto Benko (2002 e 2002a) entende a globalização como uma parte do processo de mundialização, Santos (1996) afirma que o conjunto de mundializações conduz à globalização. Apesar de abordagens distintas sobre os termos globalização e mundialização, - influenciadas pela própria semântica das palavras conforme o idioma -, optamos por utilizar o termo globalização como algo mais amplo que a mundialização, conforme a perspectiva de Milton Santos. Percebemos, contudo, que os dois termos apresentam semelhanças. Cabe a ressalva de que, ao usarmos o termo globalização, estamos considerando as causas e as conseqüências dos aspectos econômicos, técnicos, geopolíticos e socioespaciais de forma interdependente e, na medida do possível, integrada.

Entendendo que a globalização está ligada à expansão do capitalismo, e que tem na tecnologia, sobretudo nas redes de comunicações (informação) e transportes, seu instrumento de disseminação e cristalização, fica claro que os agentes hegemônicos do capital constituem-se nos atores mais importantes desse processo, pois detêm o controle das tecnologias de ponta. Para Rattner (1994, p. 103), “os agentes mais atuantes e poderosos desta fase da economia mundial são as corporações e conglomerados transnacionais.”

Cabe ressaltar que essas corporações globais são firmas com controle nos países centrais, e interesses vinculados à manutenção do domínio geopolítico dos governos da Tríade. Por outro lado, os próprios governos dos países da Tríade representam os interesses das firmas globais, demonstrando o vínculo existente entre poder político e poder econômico.

Ianni (2002) alerta que a transnacionalização corresponderia à última fase do fordismo, que, por sua vez, passa por uma crise econômica, social e cultural. Devido a essa crise do fordismo, este passa a combinar-se com ou passa a ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, flexibilização essa voltada às novas exigências do mercado mundial, que combina produtividade, capacidade de inovação e competitividade.

Para Benko (2002), a partir do começo dos anos 1970 ocorre a organização do sistema de capital financeiro, crucial para a globalização contemporânea. Com a emergência do capital financeiro, a “finança se torna global, constituindo a principal alavanca das atividades econômicas internacionais, mediante os processos conjugados de multinacionalização e transnacionalização.” (SANTOS, 1996, p. 165). Santos mostra como o capital financeiro predomina sobre a produção material, pois cada vez que se troca um dólar de mercadoria, trocam-se quarenta no mercado financeiro.

O mais forte dentre os poderes privados que tendem a regular os setores essenciais da vida internacional é provavelmente o setor financeiro (bancos, sociedades de investimento, companhias de seguro e cambistas) e notadamente o setor bancário, que assegura o essencial dos empréstimos internacionais e desempenha, nos domínios monetário e financeiro, um papel ainda mais importante que o do FMI. (BADIE & SMOUTS, 1992, apud SANTOS, 1996, p. 167).

Pochman (2001) ressalta que as empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais, com capacidade de ter o mundo como espaço de investimento e produção, provocando a reorganização do processo produtivo.

Tal reorganização também é flexível, pois as corporações transnacionais abrem e fecham suas plantas produtivas conforme as oportunidades lucrativas. Assim, essas firmas não apresentam vínculo ou preocupação com os lugares onde se instalam, de modo que a decisão de sair de determinado país, região ou cidade, é determinada pelos seus rendimentos financeiros, ignorando as conseqüências socioespaciais desse processo. Nesse sentido, além de possuir cada vez mais capital e poder, as corporações transnacionais produzem o espaço e o território de forma totalmente descompromissada com os interesses sociais, pois visam somente seus lucros, tornando o capital extremamente volátil, sobretudo nos países periféricos.

Além da presença/atuação física das corporações transnacionais pelo mundo, estas acumulam riqueza e conquistam lucros e influência sobre os mais diversos territórios, mesmo não estando fixadas nestes. Através de fluxos, como as redes de comunicação e informação, é

possível divulgar seus produtos e serviços, comercializá-los, efetuar negócios e transações, etc.

Beneficiadas pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), as corporações transnacionais, geralmente com comando nos países centrais, vão se instalando em áreas estratégicas dos países periféricos, mantendo a exploração e o domínio sobre estes. Segundo Clague (1997 apud Arbix e Zalbovicius, 2001, p. 59), a partir de 1970, o FMI passou a associar desempenho econômico de ponta à existência de “mercados competitivos, direitos contratuais e de propriedade protegidos, estabilidade macroeconômica e serviços públicos eficientes”.

Por conseguinte, os países periféricos e semiperiféricos, no intuito de atrair as corporações transnacionais, aceitam o programa de agências multilaterais como FMI e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que acabam provocando o rebaixamento do custo do trabalho e a desregulamentação dos mercados de trabalho. Além da piora na distribuição de renda, não há garantias da permanência das corporações transnacionais na localidade. (POCHMAN, 2001).

Assim, governos e empresas, setores públicos e privados, agem de acordo com os movimentos do capital orquestrados principalmente pelas transnacionais (IANNI, 2002). Esse movimento modifica territórios, territorialidades e lugares, pois faz do espaço mundial um grande tabuleiro para jogos de especulação e para busca de lucros intermináveis.

São justamente essas corporações transnacionais as maiores interessadas em consolidar um mercado livre global que permita a circulação e a aquisição de mercadorias (materiais e simbólicas) em todos os países. “A essência do processo de globalização é a ampliação, a intensificação e o aprofundamento da economia de mercado.” (SUNKEL, 2001, p. 276).

Sabendo que a defesa do mercado global é uma das marcas da globalização e uma das estratégias de domínio das corporações transnacionais, discorreremos sobre a idéia de um mercado global, idéia que, por sua vez, é impulsionada por políticas de cunho neoliberal.

Mercado global e neoliberalismo

O chamado livre mercado global é regulado pelo capital financeiro internacional e dominado pelas corporações transnacionais, corporações que, para Sunkel (2001, p. 282), observam “todas as oportunidades de lucro em qualquer parte do mundo”. Santos (1996) considera que o mercado global é o campo de ação da mais-valia universal.

O discurso do livre mercado global é disseminado pelas corporações transnacionais, pois interessa a elas propagar ideais neoliberais tais como a competitividade, a redução do papel do Estado e o crescimento econômico ilimitado. Tais ideais estão vinculados a discursos de defesa da democracia, porém a democracia propagada pelos agentes hegemônicos do capital não é aquela democracia que busca o entendimento entre visões diferentes e o atendimento às necessidades básicas da sociedade, mas, sim, a democracia da produção e do consumo, ou seja, do mercado.

Na visão de Milton Santos (2002), a versão política dessa globalização é a democracia do mercado. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das idéias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. O neoliberalismo seria o outro braço dessa globalização perversa, e, em nossa opinião, corresponde à versão ideológica da globalização.

Santos (1994) entende que a idéia do livre mercado global mascara a verdadeira face tirânica do mercado, onde o discurso da competitividade toma lugar ao do desenvolvimento. “A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida, na prática pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional.” (p. 19).

Para o autor (1996, p. 177), “não é a técnica que exige aos países, às empresas, aos lugares serem competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais”. Essa afirmação demonstra como determinadas ações macroestruturais, provenientes das intencionalidades dos agentes hegemônicos do capital, são disseminadas e incorporadas em subespaços como os países, Estados, municípios e lugares. Como conseqüência para o espaço geográfico, “a competitividade faz com que equipamentos e lugares se tornem rapidamente envelhecidos e sejam declarados incapazes ou insuficientes para fornecer novos esforços úteis”. Essa “*incapacidade*” justifica a substituição de objetos e ações “*ultrapassados*”, por inovações científicas e técnicas, ampliando assim a produção e o consumo de mercadorias. Por conseguinte, “a possibilidade atual de mundialização

de um grande número de ações acarreta, para muitos lugares, o problema da superposição neles, de ações com escalas diversas, portadoras de contextos com diversa abrangência geográfica e força ativa (ou reativa) diversa.” (SANTOS, 1996, p. 179).

Desta forma, as ações das firmas globais são disseminadas em todos os lugares do mundo, superpondo-se aos objetos e às ações endógenas desses lugares, bem como às ações determinadas pelos Estados nacionais e pelas outras instituições de atuação nacional ou regional. Certamente essas ações se materializarão através de objetos técnicos, hábitos e normas, que, por sua vez, transformarão a configuração dos lugares, territórios e do espaço geográfico.

Segundo Ianni (1996, p. 79), “enquanto o liberalismo baseava-se no princípio da soberania nacional, ou ao menos tomava-o como parâmetro, o neoliberalismo passa por cima dele, deslocando as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito global.” O FMI, o Banco Mundial (BIRD) e a OMC seriam os guardiões do neoliberalismo e da economia global.

O neoliberalismo revela como se desenvolve a globalização pelo alto, ou de cima para baixo. Sempre privilegia a propriedade privada, a grande corporação, o mercado livre de restrições políticas, sociais ou culturais, a tecnificação crescente e generalizada dos processos de trabalho e produção, a produtividade e a lucratividade. (IANNI, 1996, p. 283).

Sunkel (2001) vê o discurso neoliberal como único e dominante, onde a democracia liberal se impõe no âmbito político e o sistema de mercado se impõe no âmbito econômico. “O ideal de um Estado mínimo e de um mercado máximo, assim como a identificação da globalização e do neoliberalismo com modernização, progresso e desenvolvimento, é uma armadilha ideológica perigosa.” (p. 270).

No neoliberalismo, o mercado – dominado pelas corporações transnacionais – busca reduzir o papel do Estado através de privatizações de empresas estatais, enxugamento da máquina pública e ampliação da territorialização do capital financeiro internacional. As funções inerentes ao Estado, como saúde, educação, habitação, entre outras, ao passarem para o controle do mercado, deixam de beneficiar aqueles que não podem pagar, pois o mercado é movido pelo lucro, não tendo nenhuma obrigação social, ao contrário do Estado, que, teoricamente, tem o dever de governar para a coletividade.

Ortega e López (1994, p. 179) também tecem críticas às conseqüências do neoliberalismo na América Latina.

A política neoliberal imposta no mercado de trabalho pelo FMI e o Banco Mundial, com seus postulados de privatização, Estado subsidiário, abertura comercial total e liberdade de mercado, estendeu uma nova malha de desequilíbrios econômicos e sociais sobre os habitantes da região sem conseguir deter o avanço da pobreza.

Frente ao fortalecimento do mercado, os Estados vão se tornando impotentes e submissos aos interesses das corporações transnacionais, pois, com as privatizações, com a força do capital financeiro e com as exigências de órgãos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, os governos nacionais vão perdendo sua soberania e ficando cada vez mais dependentes das determinações do especulativo mercado global. “[...] como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores.” (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 258). Gonçalves (1992) também enfatiza a perda de poder do Estado frente o capital financeiro, pois o Estado não tem conseguido acompanhar a dinâmica do mercado financeiro, que está nas mãos de empresas privadas.

Desse modo, o discurso ideológico do neoliberalismo ganha impulso, em detrimento da soberania e da autonomia dos Estados nacionais, que eram, até então, os atores sociais de maior expressão, tanto no plano político como no econômico. “As corporações transnacionais são atores ativos, enquanto os Estados nacionais são receptores passivos das mercadorias produzidas por intermédio dos sistemas globais de produção.” (IANNI, 1996, p. 57).

A pressão das empresas transnacionais frente aos Estados nacionais é também destacada por Rattner (1994, p. 103/104):

A globalização em curso é comandada por e realiza-se no interesse das corporações e conglomerados transnacionais, que exigem a privatização das empresas públicas, a desregulação, a eliminação das tarifas alfandegárias e a liberação total dos fluxos de

comércio e investimentos, criando assim obstáculos à atuação do poder público, no esforço de planejar e executar estratégias alternativas de desenvolvimento, em escala nacional ou regional.

Cabe, contudo, ressaltar que essas corporações transnacionais geralmente têm suas sedes nos países centrais, e atuam para a manutenção da hegemonia econômica, técnica e política desses países de capitalismo avançado. Dreifuss (1996) esclarece que os agentes produtivos responsáveis diretamente pela *globalização produtiva* são em torno de 40.000 grupos transnacionais oriundos de 38 países, sendo que, desses, 90% se localizam nos países centrais.

Santos (1997) ressalta que o poder das firmas é econômico, mas também político. Esse domínio das firmas globais, afeta e reestrutura a divisão internacional do trabalho, porém continua mantendo a dependência dos países periféricos em relação aos do centro do capitalismo. Benko (2002a) reforça a informação de que a divisão internacional do trabalho é determinada por companhias transnacionais que operam em vários países.

Para Santos (1996, p. 105), a divisão do trabalho é uma condicionante da produção do espaço geográfico, pois ela “atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares.” É preciso, contudo, considerar que diferentes divisões do trabalho são sobrepostas num mesmo momento histórico, desencadeando uma relação intrínseca entre trabalho vivo e trabalho morto. “O trabalho morto, na forma de meio ambiente construído, tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. Aliás, as feições naturais do território têm ainda hoje, influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho.” (p. 112).

Ao remeter-se à distribuição espacial das divisões do trabalho e a suas diferentes implicações nos lugares, Santos (1996) prefere usar o conceito de *divisão territorial do trabalho* (DTT). Um aspecto diferencial da divisão territorial do trabalho é justamente a consideração das formas herdadas, sejam elas provenientes da natureza ou da técnica. “O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para novas etapas.” (p. 113). A divisão social do trabalho não pode ser explicada, portanto, sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas, chamadas por Santos de rugosidades. A DTT “[...] cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.” (p. 108).

Na visão de Carlos (2002, p. 192),

O aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho busca uma nova racionalidade, uma lógica subjacente pelo emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle, da vigilância, apoiado pela mídia que reproduz uma realidade vivida e imposta através da utopia e da tecnologia que tende a programar e simular o futuro.

Após o resgate das posições de alguns autores, podemos afirmar que os elementos fundamentais para efetivar a globalização estão ligados à transnacionalização de firmas (empresas, conglomerados e corporações); a sua política de pressão pela liberalização do mercado global, inspirada pela ideologia do neoliberalismo: à lógica de especulação do capital financeiro; à perda de poder econômico e político dos Estados nacionais; e, principalmente, aos avanços da ciência e das técnicas na segunda metade do século XX, refletidos no fortalecimento e na expansão das tecnologias. Por sua vez, as técnicas dinamizaram a circulação de pessoas, mercadorias e informações, e modificaram a divisão internacional do trabalho, a dinâmica econômica, as relações sociais, os valores culturais, e, conseqüentemente, a produção e o consumo do espaço geográfico.

Apesar da força da globalização na produção do espaço geográfico, já vimos que Santos (1996) atribui ao lugar um papel central na interpretação das transformações espaciais, pois entende que o lugar é o receptáculo de objetos e ações, que podem ser globais, nacionais, regionais ou mesmo locais. Não obstante, apreender o lugar, permitiria ao geógrafo considerar os reflexos de ações globais e de outras escalas, pois o universal se manifesta concretamente no particular. Além disso, considerando que a razão local influencia a penetração da razão global, o lugar tem um papel fundamental na cristalização de determinações exógenas, pois são os atores endógenos, aqueles que irão receber, incorporar, resistir e até negar tais determinações.

A RELEVÂNCIA DO LUGAR PARA APREENDER A TOTALIDADE

Os lugares reproduzem o país e o mundo segundo uma ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente para cada lugar. “A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares.” (SANTOS, 1996, p. 133). “A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central, conforme, aliás, assinalado por diversos geógrafos.” (p. 252).

O lugar é, pois, o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre. Daí porque os fundamentos de uma teoria que deseje explicar as localizações específicas deve levar em conta as ações do presente e do passado, locais e extralocais. O lugar assegura assim a unidade do contínuo e do descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta inconfundível. [...] Cada lugar é, a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a “idade” dos seus elementos e a ordem em que se instalam. Sendo total, o espaço é também pontual. (SANTOS, 1980, p. 211).

Além da ênfase ao lugar como conceito fundamental para a interpretação geográfica concreta sobre o espaço, do ponto de vista metodológico, Santos busca, a partir do lugar, apreender a totalidade de determinado *evento*. “O desafio está em separar da realidade total um campo particular, suscetível de mostrar-se autônomo, e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total.” (SANTOS, 1996, p. 20). Esse campo particular seria o *evento*, que, apesar de se manifestar concretamente em determinado lugar, apresenta uma origem global.

Na mesma linha de Santos (1996), Maria Laura Silveira (1994) aponta que, a partir das transformações contemporâneas, o dado empírico deixa de ser um momento explicado *a priori* pela totalidade, para ser o eixo da nova epistemologia. Nesse sentido, a realização de uma possibilidade da totalidade é o evento, que se manifesta de forma concreta nos lugares, ao passo que a totalidade concreta é a trama dos eventos.

Cada evento é uma totalidade parcial que, no processo de totalização, vai se fazendo o todo. Mas o evento não tem autonomia de significação, ele retira seu significado da trama. Portanto, a partir dessa concepção da realidade não é possível falar em fragmentação, senão ao nível da aparência empírica. (SILVEIRA, 1994, p. 203).

Os eventos são decorrentes das ações, e contribuem para o exercício da periodização, ou seja, para empiricizar o tempo. A noção de evento pode representar uma contribuição da Geografia à formulação de uma teoria social, pois “é através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço.” (SANTOS, 1996, p. 124).

Assim como Santos (1996), Silveira (1994) entende que os eventos passam a ser o objeto objetos e ações que produzem o espaço geográfico. “O método não pretende conhecer todos os aspectos da realidade, atingir um *quadro total*, mas o que se busca é entender o evento como um momento do todo.” (p. 203). “O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço global.” (p. 204).

Em consonância com sua abordagem pautada na relação global-local, Santos (1996), diferencia a escala da *origem* das variáveis envolvidas na produção do evento, geralmente vinculada a interesses hegemônicos globais; da escala da *realização* do evento, correspondente às escalas inferiores, mas, sobretudo ao lugar. “No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno” (p. 152). “Uma coisa é um evento dando-se num lugar e outra é o motor, a causa última desse evento” (p. 179).

Nesse sentido, fica claro que existem dois níveis de existência do evento, sendo o global e o local, que são interdependentes. “Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. A região e o lugar se definem como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 1996, p. 165).

Em virtude da interdependência entre a escala global de origem do evento, e a escala

local de realização deste, é insuficiente considerar, apenas o universal ou o particular. “Cada evento é um fruto do Mundo e do lugar ao mesmo tempo” (SANTOS, 1996, p. 131). O destino do evento “é realizar a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir à permanência do todo deixando-o renascer com novas características.” (p. 127).

Nesse sentido, identificar a escala de origem de um evento e procurar apreendê-lo no lugar (escala de realização/materialização) permite ao geógrafo considerar a influência de fenômenos de outras escalas espaciais nesse lugar. Por outro lado, ao mesmo tempo em que o evento se manifesta em um lugar, as possibilidades deste são, portanto, limitadas conforme a dinâmica socioespacial local, ou, como diria Santos (1996), pela *ordem local*, fazendo com que os fenômenos universais se cristalizem de formas diferentes conforme o lugar que os recebe.

Silveira (1994) chama a atenção para ir além da descrição, para ir além da materialidade do lugar, procurando entender o significado deste, pois, como indica Santos (1996), o espaço não é apenas constituído por objetos, mas também por ações.

Santos (1980 e 1996), Silveira (1994), Santos e Silveira (2001) e Castro (1995) colocam que é no lugar que podemos apreender as diferenças entre a aplicação das técnicas, hoje globalizadas. Para Santos (1996, p. 70), “os eventos, as ações, não se geografizam indiferentemente”.

Carlos também se apóia no lugar como uma concreção analítica do espaço, que permite considerar a relação com outras escalas geográficas, com destaque para a global.

O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. [...] Enquanto parcela do espaço, enquanto construção social, o lugar abre perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. (CARLOS, 1994, p. 303).

Saquet (2003), ao relacionar tempo, espaço e território, não deixa de atribuir relevância ao lugar como objeto para estudos empíricos em Geografia, pois entende o lugar como receptáculo de dinâmicas gerais, que irão se materializar de formas particulares.

O lugar está intimamente ligado ao *viver* e ao *estar* no espaço, aos laços do homem com seu habitat. O lugar é a dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também é concreto. [...] É resultado e condição dos processos sociais, dos diferentes tempos sob as articulações econômicas, políticas e culturais da *totalidade* e, por essa razão, é um território e um espaço onde se materializam diferentes modos de vida e múltiplas territorialidades e temporalidades. (p. 25).

Segundo Saquet (2003), “o espaço é local e, ao mesmo tempo, através do produto do trabalho e das redes de circulação e comunicação, é geral.” (p. 22). “Cada momento do espaço geográfico possui especificidades subordinadas à dinâmica geral da sociedade, às peculiaridades de cada lugar e ao tempo histórico.” (p. 23). Para Luchiari (2000, p. 107), “o lugar é o resultado de um feixe de relações que soma as particularidades (políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais) às demandas do global que o atravessa.”

Entendendo o lugar como receptor de ações e objetos, e como emissor de valores e intencionalidades, Santos (1996) procura demonstrar a atuação de forças exógenas e endógenas no lugar, destacando o papel da sociedade local na produção do espaço geográfico.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (p. 258).

As abordagens que buscam inter-relacionar aspectos exógenos e endógenos são bastante peculiares para as pesquisas em Geografia⁵, pois o espaço é decorrente de objetos e ações, e que, apesar de estarem materializados em localidades específicas (no lugar), são

⁵ Machado (2000) busca estabelecer os nexos entre o local e o global, destacando determinações da escala nacional, através da categoria “Formação Social e Econômica”. Swingedouw (1997) trabalha o local e o global numa perspectiva integrada, de modo que propõe o termo “glocal”. Benko (2002a) também usa o termo glocalidade.

influenciados por lógicas macroestruturais do modo de produção capitalista. Buscando diferenciar as ações dos atores exógenos ao lugar, das ações dos atores endógenos, Santos (1996 e 2002) utiliza os conceitos de *verticalidades* e *horizontalidades*.

VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

Para Milton Santos (1996), a racionalidade hegemônica global⁶ se apresenta como uma ideologia comandada pelos atores hegemônicos do capitalismo, sobretudo as macroempresas. Essa racionalidade é transmitida para a sociedade através das verticalidades, que se espacializam no território como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, e que estão profundamente adequados às tarefas produtivas hegemônicas.

O sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes, estas a serviço daqueles atores que, de fora da área, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores. “As decisões essenciais, concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes”, tendo como consequência a alienação das pessoas presentes nos lugares. (SANTOS, 2000, p. 107).

Sob essa perspectiva, a dialética no/do território se afirma mediante um comando local da parcela técnica da produção e um comando remoto (global) da parcela política da produção. Assim, há um conflito que se agrava entre um espaço local e um espaço global, este último com um conteúdo ideológico de origem distante, que chega em todos os lugares (SANTOS, 2002).

Acreditando que as redes estão a serviço dos atores hegemônicos do capital, sendo territórios das formas e normas a serviços de alguns, Milton Santos (2002) usa o conceito de espaço banal para contrapor ao conceito de redes, entendendo-o como o território de todos. “As redes constituem uma parte do espaço e o espaço de alguns. Já o espaço banal⁷ é o espaço de todos, todo o espaço.” (p. 16). Na visão de Santos (1996), as redes estão profundamente ligadas ao poder, e “são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos” (p. 212), pois “são globais, e transportam o universal ao local.” (p. 268). “Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros.” (p. 222).

Segundo Saquet, uma rede é

[...] resultado não apenas da relação capital-trabalho e da circulação de mercadorias, mas é fruto de relações sociais, objetiva e subjetivamente, na territorialidade cotidiana. [...] A formação de redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do e no* espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais. (SAQUET, 2003, p. 26).

Assim como Milton Santos (1996, 2002) e Marcos Saquet (2003), Theotonio dos Santos (2002) acredita que as redes servem aos interesses globais, de modo que, através do domínio das redes, domina-se a ligação entre as várias partes do mundo. “Neste mundo de redes, o local, o regional e o nacional aparecem simplesmente como um dos elementos destas redes, que penetram por todos os lados estabelecendo as relações que, do ponto de vista global, lhe interessam.” (p. 75).

Além da forte influência das redes, nas verticalidades predomina o tempo rápido/universal, e os interesses corporativos sobressaem-se sobre os interesses públicos.

As frações do território que constituem esse espaço de fluxos (verticalidades) constituem o reino do tempo real, subordinando-se a um relógio universal, aferido pela temporalidade

⁶ Existe uma racionalidade sistêmica nas ações e nos objetos. (SANTOS, 1996).

⁷ Santos (2002) usa o conceito de espaço banal, proposto por Perroux, onde o espaço banal se constitui como oposição ao espaço econômico. O espaço banal, entendido também como espaço total, caracteriza-se por sua extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contigüidade. Para Santos (2000), a tendência de difusão da racionalidade hegemônica faz com que o espaço banal seja residual. O fortalecimento do espaço banal seria, porém, fundamental para a emergência de mudanças profundas na organização da sociedade e do espaço.

globalizada das empresas hegemônicas presentes. (SANTOS, 2000, p.107).

Por serem produzidas em rede, as verticalidades não dependem de um território físico específico para serem criadas. Contudo, as verticalidades⁸ somente se manifestam concretamente no espaço geográfico através de sua irradiação nos lugares. É no cotidiano dos lugares, no espaço banal, que as verticalidades são incorporadas e até contrapostas pela sociedade local. Assim, para Santos (2000, p. 113), a "possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente."

Como contraponto às verticalidades, Milton Santos utiliza o conceito de horizontalidades, referindo-se à contigüidade dos lugares, ao espaço banal. Enquanto as verticalidades se caracterizam pela ação dos atores hegemônicos em redes, e por um tempo único (rápido), nas horizontalidades todos os agentes são implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados.

Nesse sentido, as horizontalidades correspondem ao contínuo. As verticalidades, por sua vez, são eventos separados no espaço, que asseguram, por meio de normas rígidas, o funcionamento global da sociedade e da economia. As verticalidades "aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos." (1996, p. 105). As verticalidades geralmente traduzem os interesses das macroempresas, juntamente com o apoio/subordinação dos Estados. Essas verticalidades formam um espaço de fluxos, que ordenam o espaço total. (SANTOS, 2002).

Ao contrário das verticalidades, as horizontalidades carregam diversas temporalidades, e o meio geográfico tem um papel central. "As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais." (SANTOS, 2002, p. 16). Ocorre, contudo, que as verticalidades penetram nas horizontalidades, de modo que ambas são confrontadas no lugar.

Além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessam, as horizontalidades admitem a presença de outras racionalidades, denominadas contra-racionalidades. Santos (2000) acredita que as contra-racionalidades permitem a expansão da consciência. "As contra-racionalidades são formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, característica da racionalidade hegemônica típica das verticalidades." (p. 110).

Nesse sentido, as horizontalidades "[...] podem ser o lugar da finalidade imposta de fora, de longe ou de cima" e/ou o da contrafinalidade, onde haveria um forte protagonismo da sociedade local. (SANTOS, 1996, p. 105). Nas horizontalidades é possível, portanto, confrontar os valores globais hegemônicos (verticalidades) com aspectos de aceitação e/ou resistência locais.

Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS, 1996, p. 207).

A união vertical traz desordem às regiões, pois busca seu próprio benefício. Já a *coesão horizontal que se dá ao serviço do mercado* tende a corroer a *coesão horizontal que está a serviço da sociedade*. A eficácia dessa união vertical só sobrevive, porém, com normas rígidas, adotadas por governos nacionais e seguidas através do sacrifício da nação, como no caso do Brasil (SANTOS, 2002). Vale ressaltar a idéia de dois tipos de coesão horizontal conflitantes, sendo uma a serviço do mercado, e outra a serviço da sociedade. Quanto menos atuante e coesa for determinada sociedade, mais fácil será para o mercado predominar sobre estas horizontalidades e suprimi-las.

No uso do território, as verticalidades vêm sendo mais fortes do que as horizontalidades. A força das verticalidades se dá em função das normas determinadas por firmas transnacionais

⁸ Santos (1996) cita, como exemplos de verticalidades, o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades de abastecimento metropolitano, e as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais e estrangeiras.

e aceitas pelos governos nacionais, e das redes de circulação de informações, mercadorias e pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade e atualidade do pensamento de Milton Santos para a Geografia contemporânea demonstra a pertinência de sua abordagem para a apreensão do espaço geográfico por meio de um referencial teórico e metodológico que enriquece a Geografia como ciência.

Com o predomínio do meio técnico-científico-informacional, amplia-se a influência de ações globais sobre os lugares, de modo que identificar e analisar um evento manifestado no lugar obriga o geógrafo a investigar a influência de outras escalas geográficas no lugar da pesquisa. Assim, o local carrega consigo o global, e a totalidade acaba se manifestando em cada lugar, que por sua vez, ainda guarda algumas particularidades.

Nesse sentido, achamos pertinente trabalhar empiricamente com o lugar, isto é, com a manifestação de um evento na escala local. No entanto, faz-se necessário procurar relacionar as escalas espaciais do fenômeno pesquisado, buscando apreender as relações entre as diversas escalas espaciais. Como aponta o próprio Milton Santos (1996), todo o evento tem uma *escala de realização/materialização*, que é local, e por sua vez, uma *escala de origem* que é global. Portanto, para apreender os eventos manifestados nos lugares, é preciso também buscar analisar os objetos e as ações globais, nacionais e/ou regionais, que desencadearam a origem do evento. É a partir das ações e intencionalidades que conduzem à origem do evento como verticalidade, que diversos eventos locais irão se materializar no espaço. Todavia, as implicações de cada evento local dependem da dinâmica socioespacial de cada lugar onde o evento se instala.

Considerando a importância da relação global-local para o estudo do espaço geográfico, Silveira (informação verbal), ressalta que como os objetos e as ações se dão em escalas diversas, é preciso considerá-las de forma integrada. Conseqüentemente, seria plausível ao geógrafo, a partir da escolha de um evento manifestado na escala local, verificar a escala de origem desse evento, e como se dá essa relação entre as determinações exógenas globais (verticalidades), com as ações desencadeadas pelos agentes endógenos no espaço banal (horizontalidades), considerando o contexto econômico, político, ambiental e sociocultural local.

Desta forma, seguindo as ponderações de Milton Santos, a apreensão do lugar como objeto de pesquisas empíricas, permite estabelecer relações com o global e outras escalas espaciais, sem cairmos em análises dualistas, que, ou entendem que tudo é macroestrutural e determinado por uma lógica exógena global, ou atribuem demasiada relevância ao lugar como espaço isolado, e restrito às dinâmicas endógenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. A economia política do século XX. In: ARBIX, Glauco; ABRAMOVAY, Ricardo; ZALBOVICIUS, Mauro. (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP, Edusp, 2001. p. 179-195.

ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro. Por uma estratégia de civilização. In: ARBIX, Glauco; ABRAMOVAY, Ricardo; ZALBOVICIUS, Mauro. (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP, Edusp, 2001. p. 55-69.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002. p. 51-71.

BENKO, Georges. Geografia de lugar nenhum ou hioperglobalização. Breve exame do mundo pós-moderno. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002a. p. 247-250.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. e SAQUET, Marcos A. A tecnologia, a globalização e a teorização em geografia. **Revista Formação**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, n. 7, 2000, p. 65-76.

- CARLOS, Ana Fani D. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002. p. 191-197.
- CARLOS, Ana F. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica. (Orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Ed. Hucitec / ANPUR, 1994. p. 303-309.
- DREIFUSS, R. A. **A Época das Perplexidades, Mundialização, Globalização, Planetarização: Novos Desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- HARVEY, David. (1989) **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo Ed. Loyola, 10ª ed. 2001.
- IANNI, Octavio. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002. p. 77-84.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1996.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa T.; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 105-130.
- MACHADO, Ewerton V. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Geografia, 2000.
- ORTEGA, Graciela U. e LÓPEZ, Silvana L. Globalização e fragmentação. O papel da cultura e da informação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica. (Org.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: E, Hucitec / ANPUR, 1994. p. 172-187.
- POCHMANN, Márcio. Globalização e emprego. In: ARBIX, Glauco; ABRAMOVAY, Ricardo; ZALBOVICIUS, Mauro. (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP, Edusp, 2001. p. 237-266.
- RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: E. Vozes, 1999.
- RATTNER, Henrique. Globalização e projeto nacional. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002. p. 102-107.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Milton (2000). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 13 ed. 2006.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002. p. 15-20.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica. (Orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: E, Hucitec / ANPUR, 1994. p. 15-22.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Theotônio dos. A globalização reforça as particularidades. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002. p. 72-76.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005. p. 35-52.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SCHIFFER, Sueli R. A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec/Annablume, 2002. p. 116-124.

SILVEIRA, Maria Laura. (informação verbal). **Aula sobre Conceitos da Geografia Contemporânea**. Disciplina Seminários de Pesquisa. Programa de pós-graduação em Geografia da UFSC. Florianópolis, maio de 2003.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método a metodologia. In: **Revista Território**, n.6, 1999, p.21-28.

SILVEIRA, Maria L. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica. (Orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: E, Hucitec / ANPUR, 1994. p. 201-209.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SUNKEL, Osvaldo. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In: ARBIX, Glauco; ABRAMOVAY, Ricardo; ZALBOVICIUS, Mauro. (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP, Edusp, 2001. p. 267-310.

SWINGEDOUW, E. Neither global or local: globalization and the politics of scale. In: **Spaces of globalisation: reasserting the power of local**. London: Guilford Press, 1997, p. 137-166.

Recebido para publicação dia 01 de fevereiro de 2009.